

Folha de S. Paulo

16/06/1984

A conquista do campo

Luciano Mendes de Almeida

O Brasil entrou em campo no Mundialito de Vôlei e conquistou a vitória. Todo o povo exultou.

Logo depois no mesmo canal foi ao ar na madrugada de segunda-feira passada mais um debate sobre a questão fundiária e conflitos de terra. Apresentaram estatísticas dos resultados alcançados nos últimos anos pela ação governamental. Projetos de colonização. Desapropriação. Repartição de terras. Títulos concedidos.

O fato é que milhões de lavradores ainda não têm acesso estável à terra. Vencemos o desafio do vôlei. Minutos depois a televisão constatava que estamos longe de conquistar a terra tantas vezes prometida. Com efeito, permanece extremamente grave a situação dos que padecem por não terem terra. Dela necessitam para trabalhar e morar. Milhares de lavradores ainda hoje continuam saindo da terra. Para onde vão? Em busca de trabalho emigram para outras áreas e até para países vizinhos.

Muitos, perdida a terra, tornam-se bóias-frias. Outros acumulam-se nas periferias, favelas e cortiços. É um espetáculo triste e que não cessa de acontecer. Perdem-se vínculos sociais e culturais. A propriedade da terra, cada vez, fica mais concentrada nas mãos de poucos. Há toda sorte de conflitos, violência e mortes, no confronto entre fazendeiros e grileiros, posseiros e índios.

A justiça agrária é intrincada e lenta.

Os financiamentos bancários acabam por arruinar o trabalhador rural, que sem poder pagar e asfixiado pelas dívidas, vê-se obrigado a vender a própria terra e entra no ciclo da miséria progressiva.

A pior condição é mesmo a do bóia-fria, sem carteira, sem local fixo de trabalho, sem escapatória, fica exposto à ganância dos que o exploram.

Um país como o nosso, pela extensão e fertilidade das terras, não precisa estar nesta situação. O povo começa a passar fome. Falando aos agricultores de Oaxaca, em sua viagem no México em 1979, o papa 'João Paulo 2º afirmava "responsáveis pelos povos, classes poderosas, que mantendes por vezes improdutivas as terras que escondem o pão que falta a tantas famílias, a consciência humana, a consciência dos povos, o clamor dos desvalidos e sobre tudo a voz de Deus, a voz da Igreja voz repete comigo: Não é justo, não é humano, não é cristão continuar com certas situações claramente injustas". Temos todos que refletir. Não é lícito ao homem gerir a terra de tal modo que os benefícios aproveitem só a alguns poucos, ficando os outros, a imensa maioria, excluídos.

Há quem estranhe quando membros da Igreja falam sobre a questão fundiária. Mas, é missão própria da Igreja colaborar para estabelecer a comunidade humana segundo a lei divina (Constituição Gaudium et Spes, 42) e é seu dever pastoral proclamar as exigências fundamentais da justiça.

Deus dá a Terra para sustento do homem. Não é vontade de Deus que o povo viva na miséria. Não se pode aceitar que objetivos econômicos lesem tão profundamente o atendimento às necessidades básicas da pessoa humana. O problema é ético. A organização social e a propriedade e uso da terra têm que estar a serviço do homem.

A questão fundiária terá solução verdadeira quando for mudada a mentalidade e estrutura em que funciona a nossa sociedade. O sistema político-econômico não pode estar organizado para beneficiar minorias com lucros descabidos e prejudicar tão duramente grande parte da população rural de nosso país.

É indispensável fortalecermos de novo a esperança. Há que percorrer a árdua caminhada em demanda de transformações da vida econômica, em favor do homem do campo. Nestes dias os agricultores sem terra esperam solução em Ivinhema e Vila São Pedro, no Mato Grosso do Sul. A população do Vale do Tocantins está ameaçada com a notícia de que o futuro reservatório do Tucuruí acha-se largamente contaminado com venenos de alta periculosidade. Os casos urgentes se multiplicam. Quando teremos vontade política de aplicar com eficácia o Estatuto de Terra, completado por novos dispositivos legais que promovam, sem violência e sem atraso, uma autêntica e justa reforma agrária? Não basta o acesso à terra, mas são necessárias condições favoráveis para o cultivo e escoamento do produto.

Neste trabalho patriótico temos todos que colaborar. É preciso para isso não só a atuação dos dirigentes do País, mas a participação dos próprios trabalhadores do campo, organizados em suas corporações e sindicatos. E nesta perspectiva de colaboração de todos os responsáveis e interessados pelo advento de uma sociedade mais fraterna que devemos entender o empenho de Igreja no Estado de São Paulo, quando, reunida em Itaici, de 4 a 7 de junho, aplicou-se a avaliar a situação dos trabalhadores a assumir como prioridade a evangelização do mundo do trabalho urbano e rural com especial atenção aos bóias-frias. A Nação que já ganhou tantos troféus no campo do esporte, terá que jogar firme, com arte e garra, para conquistar para os brasileiros o próprio campo.

O desafio está aí!

(Primeiro Caderno — Página 2)